LEI Nº 929/2002

AUTORIZA A PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRANA A PARTICIPAR DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS MUNICIPAIS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover e celebrar a participação do Município de Serrana em Cooperação Intermunicipal para a Conservação e Manutenção de Vias Públicas Municipais, criado por Municípios do Estado de São Paulo.

Art. 2º. A Cooperação Intermunicipal a que se refere o artigo 1º tem as seguintes finalidades:

I- Representar o conjunto dos Municípios que o integram, em assuntos de interesse comum, perante quaisquer outras entidades públicas, de qualquer esfera de governo, ou privadas;

II- Prestar aos Municípios cooperados serviços de planejamento, construção e conservação do sistema viário público urbano e rural, no âmbito territorial dos Municípios que o compõem;

III- Desenvolver serviços e atividades de interesse dos Municípios cooperados, de acordo com programas de trabalho aprovados em Conselho de Prefeitos;

IV- Perenizar as vias de escoamento da produção agropastoril e otimizar a malha viária dos Municípios integrantes;

V- Recuperar, manter e melhorar a estrutura viária, assim como a drenagem e escoamento de águas pluviais nas periferias urbanas e a pavimentação de núcleos habitacionais;

VI- Conter os processos de erosão e de assoreamento dos recursos hídricos em áreas urbanas e rurais.

Art. 3º. Poderá o Executivo Municipal disponibilizar servidores públicos, maquinário e equipamentos para a consecução das finalidades nesta Lei definidas.

Parágrafo Único. No eventual empréstimo de máquinas e equipamentos, a cobertura dos gastos com combustível e diárias recairão sobre o Município que se beneficiou dos serviços realizados.

Art. 4º. Toda e qualquer despesa com a execução do convênio objeto da presente Lei, terá que estar contemplado na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária em vigor.

Art. 5º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'LAVA
07 de junho de 2002.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCALDE COSTUME.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL